

O ESTADO DA CIÊNCIA ECONÓMICA: CRISE DE CRESCIMENTO OU DECLÍNIO INEXORÁVEL?

O primeiro volume do *Boletim de Ciências Económicas* da Faculdade de Direito, cujo primeiro redactor-delegado foi o saudoso Professor Teixeira Ribeiro, foi publicado no primeiro quadrimestre de 1952. O cinquentenário que este ano se celebra tem para nós a particularidade de assinalar também a etapa pessoal da chegada aos 50 anos de idade. Poderemos dizer que nascemos no mesmo mês do *Boletim*. Mas, para além desta coincidência pessoal, os últimos cinquenta anos marcam um período histórico muito específico na vida da jovem ciência económica. Salientamos, a esse propósito, que o início dos anos cinquenta marcou a nosso ver o zénite do prestígio da ciência económica, que por essa altura se considerava a rainha das ciências sociais. Na época era também comum afirmar-se que "agora somos todos keynesianos".

* Professor de Finanças Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. A reflexão pessoal que aqui se apresenta aos leitores foi preparada para inclusão na edição comemorativa do cinquentenário do *Boletim de Ciências Económicas* da Faculdade de Direito de Coimbra. O autor gostaria de agradecer os comentários dos Prof. Jacinto Nunes, Simões Lopes e Joaquim Feio sobre uma primeira versão deste artigo. Naturalmente, tratando-se de uma reflexão pessoal, os erros e omissões são da exclusiva responsabilidade do autor.

Porém, a celebração deste cinquentenário ocorre num momento de pessimismo causado pelo declínio crescente do prestígio da ciência económica e dos economistas. Esse declínio não é apenas uma percepção individual deste autor, quiçá fruto do pessimismo e das interrogações que normalmente nos atingem quando chegamos à meia idade, nem será uma auto-justificação pelo facto de há alguns anos termos decidido trocar a área da economia pela área da gestão. De facto, existem muitos factores de crise que são iniludíveis. De entre estes destacaremos como factores subjectivos o facto de nenhuma inovação significativa ter ocorrido desde a publicação em 1936 da Teoria Geral de Keynes. Também, a predominância de polémicas estereis, sintoma habitual da decadência de uma ciência, tem sido frequente. Certamente que entre nós, muitos concordarão que os debates acesos sobre a natureza adaptativa ou racional das expectativas ou sobre a curva de Laffer e a natureza dos défices públicos tiveram essa característica. De igual modo, a existência de contradições significativas na definição do próprio objecto de estudo da economia e o recurso frequente a definições tautológicas do género "a economia é aquilo que os economistas fazem" demonstram uma situação de crise.

Quanto aos factores objectivos destacaremos o espaço cada vez mais reduzido que os livros de economia ocupam nas estantes das livrarias. Por exemplo, recentemente, tivemos ocasião de observar que numa livraria nova-iorquina da Barnes&Noble a secção de economia ocupava menos espaço do que uma secção sobre finanças pessoais ou uma outra sobre pequenas e médias empresas. Também é iniludível o facto de o número de estudantes que anualmente procura os cursos de economia ter vindo a decrescer de forma dramática. Recentemente algumas universidades inglesas tiveram mesmo necessidade de extinguir os respectivos departamentos de economia e,

entre nós, o ISEG, a escola com mais tradição em Portugal, neste último ano apenas conseguiu preencher 30% das vagas que tinha disponíveis para a licenciatura em economia.

Para inquirir sobre as causas e soluções possíveis para alterar esta tendência, a nossa reflexão vai dividir-se em três partes: na primeira inventariamos os principais problemas da ciência económica, depois abordaremos as principais dificuldades na definição do que é um economista e do seu perfil profissional e finalmente apresentaremos um conjunto de sugestões que possam contribuir para uma inversão do processo de declínio que consideramos existir na ciência económica.

Os principais problemas da ciência económica

ECONOMICS, or more properly theoretical economics, is the only one of the social sciences which has aspired to the distinction of an exact science. To the extent that it is an exact science it must accept the limitations as well as share the dignity thereto pertaining, and it thus becomes like physics or mathematics in being necessarily somewhat abstract and unreal. In fact it is different from physics in degree, since, though it cannot well be made so exact, yet for special reasons it secures a moderate degree of exactness only at the cost of much greater unreality.

Frank H. KNIGHT (1921, p.3)

Os principais problemas da ciência económica vêm, por um lado, da natureza do objecto de estudo desta ciência e, por outro, das metodologias utilizadas pelos seus praticantes. O primeiro aspecto é talvez mais conhecido e não será totalmente diferente dos problemas que encontramos noutras ciências, nomeadamente no campo das ciências sociais. De facto, apesar da economia tratar apenas de um único aspecto da actividade humana, a definição do

respectivo objecto de estudo encerra diversas dificuldades. Embora a economia trate apenas da parte das relações humanas que envolvem actividades de troca, estas não podem ser inteiramente dissociadas das restantes actividades humanas de natureza não material, bem como da condição do ser humano e do desenvolvimento da sua actividade no contexto de determinadas obrigações sociais. Também não pode ignorar-se que mesmo as relações comerciais envolvem o recurso a actividades de registo, que são um campo predominantemente ocupado pelos historiadores, abrangem também relações de poder, tradicionalmente tratadas pela ciência política, abarcam problemas de regulação, geralmente objecto de estudo das ciências jurídicas e envolvem ainda problemas de administração que são frequentemente objecto de estudo no âmbito das técnicas administrativas. Deste modo, não surpreenderá que diversos autores usem diferentes definições de ciência económica. Por exemplo, Paul SAMUELSON, na introdução ao seu famoso manual de economia apresenta seis definições de ciência económica. Algumas colocando em ênfase a natureza da ciência enquanto ciência do comportamento humano, outras enquanto ciência da organização da sociedade e outras ainda o estudo da natureza.

Para termos uma melhor percepção do próprio processo evolutivo da ciência económica, apresentamos em anexo um quadro com os títulos das principais partes de manuais que foram famosos na respectiva época histórica, nomeadamente o livro de Nassau SENIOR (1836) em meados do século XIX, o livro de Alfred MARSHALL (1891) em finais do século XIX e o próprio texto de Paul SAMUELSON na sua primeira edição publicada em 1948 e na sua última versão publicada em 2001. Apesar das muitas diferenças na definição do objecto de estudo da ciência económica, a diferença que a nosso ver é mais significativa nesse quadro é a tendência para passar de uma ciência que se dedicava

ao estudo da riqueza para uma ciência que estuda os processos de decisão. Como explicaremos mais adiante, esta tendência poderá ser uma das principais razões para o declínio da própria ciência económica. De qualquer modo, a ciência económica é também afectada pelas dificuldades intrínsecas à separação dos aspectos doutrinários ou ideológicos dos aspectos lógicos e políticos, e à distinção entre o que é diagnóstico e o que é prescrição ou política. Tais dificuldades explicam, aliás, que outras ciências que hoje já concorrem com a economia na influência junto dos principais decisores políticos, nomeadamente a sociologia e a ciência política, tenham tido a sua origem em autores que discordavam com a ortodoxia então dominante na definição do objecto e método de estudo da ciência económica. Lembraremos, só a título de exemplo, o caso de Thorstein Veblen, que foi um dos pioneiros da sociologia, ou de autores como Buchanan e Galbraith que estiveram na origem da escola que hoje se denomina *public choice*.

Uma outra dificuldade associada ao objecto de estudo da ciência económica prende-se com o problema da reflexividade entre o objecto de estudo e o estudioso. Enquanto nas ciências da natureza essa reflexividade não existe, na ciência económica os factos e as interpretações ou afirmações sobre esses mesmos factos não são totalmente independentes uma vez que o próprio ser humano é o intérprete das decisões e dos factos. Assim, aquilo que ele pense sobre os mesmos acaba por influenciar a própria realidade, sendo tal situação particularmente evidente no caso concreto dos mercados financeiros ou de outros mercados onde a actividade especulativa é mais intensa.

Há também razões históricas relacionadas com o período em que a ciência económica nasceu e se desenvolveu que fizeram com que esta ciência tenha adoptado ou tenha procurado inutar os métodos científicos de outras

ciências exactas, nomeadamente a física e o cálculo, cuja proeminência foi contemporânea do período inicial do desenvolvimento da ciência económica. Daí que o recurso a métodos e comparações com estas ciências tenha influenciado a metodologia e a própria definição da ciência económica.

Finalmente, temos de atender à complexidade das razões subjacentes às decisões humanas. Esta está, aliás bem ilustrada na primeira página do primeiro artigo publicado no *Boletim de Ciências Económicas* da Faculdade de Direito, pelo Professor José PIZARRO BELEZA, sobre a moeda em Portugal no período de 1939 a 1949. Aí se diz da forma lapidária que citamos: "...Como produto de resolução humana os preços são resultantes de mil causas diferentes...". Não surpreende pois que os economistas tenham com frequência que reduzir essas mesmas mil causas a variáveis que sejam mais facilmente manuseáveis. No entanto, tal procedimento levou, porventura, os economistas longe demais. Em particular, a ciência económica acabou por privilegiar a utilização de apenas duas variáveis, a quantidade e o preço, que na sua simplicidade procuram reflectir toda a complexidade das razões atrás referidas.

A esta simplificação seguiu-se uma outra generalizada por influência de Marshall no que diz respeito à utilização da análise *ceteris paribus*, a qual, somada à simplificação anterior, condicionou de forma significativa a metodologia utilizada pela ciência económica. A conjugação destas duas simplificações com a prevalência das filosofias deterministas associadas às ciências da natureza, que estão na origem da ciência económica, também tornaram esta ciência excessivamente rígida.

Na verdade, dada a natureza dos fenómenos estudados em economia, a sua instabilidade e a dificuldade de os medir com rigor, teria feito mais sentido, e continua a fazer mais sentido, que a ciência económica tivesse em

maior conta outro tipo de ciências, nomeadamente a biologia e a própria meteorologia. No que diz respeito à biologia, a economia terá certamente muito a beneficiar com as técnicas desenvolvidas por essa ciência no âmbito do que se designa por *homeodynamics* (dinâmica humana). Esta é explicada por um conjunto de quatro forças, físicas, químicas, metabólicas e genéticas, de tal modo que o organismo é, simultaneamente, tecelão e tecido. Também na ciência meteorológica o desenvolvimento de modelos e sistemas climatéricos facilmente perturbados por pequenas variações aparentemente remotas serão, porventura, de grande relevância no estudo dos fenómenos económicos.

Uma outra limitação da ciência económica advém da desvalorização que esta tem atribuído à contabilidade. Tal desvalorização é incompreensível numa ciência que se considera uma ciência eminentemente empírica. Na verdade, o desenvolvimento tardio da contabilidade nacional, que aliás só veio a ocorrer no final da primeira metade do século XX com autores como HICKS (1942) e STONE (1944), é surpreendente numa ciência como a economia¹. De igual modo, a contabilidade das empresas ou mesmo das famílias e dos indivíduos² e as respectivas técnicas de consolidação de contas estão ainda hoje insuficientemente desenvolvidas. É também penoso constatar a insuficiente integração entre o sistema de contas nacionais e o sistema de contas da

¹ Em Inglaterra as primeiras contas nacionais apenas foram publicadas em 1941, sob a forma de um White Paper anexo ao orçamento desse ano. Keynes vinha a exigir a efectivação de tais contas desde 1937, em cartas em tom exasperado publicadas no Times, e em 1939 tinha até encarregado um jovem assistente, Erwin Rothbarth, de preparar algumas estimativas para o ano de 1938-39.

² Hoje é já possível fazer a contabilidade dos indivíduos a custos reduzidos através dos extractos de conta bancária ou dos cartões de crédito.

balança de pagamentos e da posição do investimento internacional. Surpreende, aliás, que, hoje em dia, muitos cursos de economia nem sequer incluam como obrigatória uma disciplina de contabilidade nacional e, surpreende ainda mais, que quando ela existe não seja uma continuação da cadeira de contabilidade geral. Sobretudo no que diz respeito à consolidação de contas, a contabilidade nacional mais não é, ou não devia ser, do que um simples exercício de consolidação de contas de entidades individuais constituídas por empresas, famílias ou outra qualquer entidade prestadora de contas. Como resultado destas insuficiências, muitos economistas confundem frequentemente o que são identidades contabilísticas com equações comportamentais, e são raros os economistas que analisam o funcionamento de uma economia como analisariam o funcionamento de uma empresa. Em particular, não recorrem à análise das variações dos *cash flows* que seria, porventura, muito útil numa ciência como a económica.

Um outro problema que limita a utilidade prática da economia deriva da sua dependência quase exclusiva de uma teoria do valor de troca baseada na utilidade e no conceito de equilíbrio geral como sustentação do sistema de mercado. Embora Jevons e Walras ao introduzirem o conceito de utilidade como base da teoria do valor tenham criado os fundamentos duma teoria do mercado susceptível de ser analisada matematicamente, eles estariam certamente conscientes da simplificação que esse procedimento implicava. Infelizmente os seus seguidores terão ignorado tais limitações. Na verdade o recurso ao equilíbrio geral como força, quiçá equivalente à gravidade, que permite prevenir que o sistema de mercado degenera em caos ou num aproveitamento insuficiente dos recursos, tem sérias limitações.

A própria definição de equilíbrio como um estado em que compradores e vendedores negociam um mesmo

preço sem a necessidade de recontratarem os seus negócios acarreta sérias simplificações. Por exemplo, se assim fosse, teríamos que considerar que os mercados financeiros estão geralmente em desequilíbrio porque o volume de transacções, quando estes se movem num intervalo de variação entre mais ou menos 1,5%, é bastante menor do que quando funcionam com níveis de volatilidade superior. Aliás, a teoria económica evoluiu a partir do recurso a um sistema de equações a que está associada uma condição de equilíbrio como garante da estabilidade do sistema desenvolvido inicialmente por Gossen, Jevons e Walras. Posteriormente, a teoria económica apenas foi desenvolvida no sentido de determinar que esse sistema tinha uma solução. A escolha de uma solução óptima com base no critério de Pareto foi encontrada por Samuelson em 1947, e a prova da existência de uma solução única foi desenvolvida por Arrow e Debreu no início dos anos 50, seguindo-se a noção de equilíbrio com recurso a uma nova técnica matemática baseada na teoria dos jogos desenvolvida por Nash, o chamado equilíbrio de Nash.

No lado dos opositores a esta forma de analisar o sistema económico, em que se destacam Kaldor e outros, estes nunca foram capazes de sugerir um método alternativo. No entanto, independentemente de saber se o mecanismo de determinação dos preços em equilíbrio geral pode ser equiparado à gravidade enquanto garante da estabilidade do sistema de economia de mercado, resta ainda demonstrar como é que os seres humanos, sendo simultaneamente objecto e observadores de tal sistema, tornam possível a utilização de condições de estabilidade à semelhança da física e da astronomia. Será que esta particularidade é apenas uma perturbação menor, tal como a poeira cósmica e outros factores existentes no sistema solar que apenas poderão perturbar a velocidade de circulação da luz sem no entanto alterarem o posicionamento dos

planetas, ou esta interactividade entre o objecto de estudo e os estudiosos cria perturbações de natureza fundamentalmente diferente³?

Como concluiu HICKS no seu re-exame do modelo IS-LM em 1980 “quando pensamos em termos de política económica, olhar para o futuro em vez do passado torna o uso de métodos de equilíbrio ainda mais suspeito, porque na verdade não podemos prescrever políticas sem considerarmos pelo menos a possibilidade de que elas possam ser alteradas e não há alterações de política se tudo correr como é esperado, isto é, se a economia permanecer (ainda que aproximadamente) no que podemos considerar o seu equilíbrio *existente*”⁴. O procedimento habitual de tratar os aspectos dinâmicos através da introdução do conceito de estado estacionário, definido como uma sucessão de momentos no tempo, também não constitui uma solução para o velho problema do tratamento do tempo em economia. Assim, “os equilibristas”, como lhes chamava HICKS, não resolvem de forma satisfatória as insuficiências do sistema de equilíbrio geral, mesmo que alargado para incluir os mercados com preços rígidos à maneira keynesiana.

Realcemos agora uma outra limitação metodológica da ciência económica que advém do que consideramos ser uma tendência para um uso inadequado de certos ramos da matemática e um abuso na utilização de técnicas estatísticas, em particular da econometria. No que se refere à primeira tendência, a origem dos problemas poderá estar num privilegiar excessivo das técnicas de cálculo e num abuso do recurso ao marginalismo e às funções lineares. Na

³ Esta questão está para além dos efeitos (circunstanciais) decorrentes do facto de nas economias modernas mais de um terço da produção ocorrer em sectores não competitivos (governo e monopólios naturais).

⁴ Reproduzido em *The Economics of John Hicks* (1984, p. 228).

verdade os mercados não são apenas bidimensionais, havendo toda a vantagem em abordá-los numa perspectiva de pelo menos quatro dimensões. Para além do preço e da quantidade, haveria que acrescentar a qualidade e a disponibilidade (localização), ou seja a diferenciação qualitativa e a componente espacial. Por exemplo, a introdução de um eixo de números imaginários em conjunto com o eixo de números reais tornaria possível a análise a quatro dimensões num espaço plano, representando-se no eixo dos números imaginários a qualidade e a localização.

Embora a importância das funções não lineares tenha sido frequentemente referida por economistas, a sua aplicação prática tem sido muito reduzida. Verifica-se frequentemente que, quer no âmbito duma observação casuística quer no contexto da teoria marginalista, muitos dos problemas económicos, pelo menos em situações marginais, não são lineares. Porém, a ciência económica não resolve a velha questão de saber o que é que as pessoas e os agentes económicos fazem num dia normal e o tipo de comportamento que têm em momentos de mudança. Em suma, a teoria económica não tem feito uma distinção clara entre aquilo que podemos considerar as condições representativas e as tendências no limite. Para analisar por que é que um grão de areia pode causar um descarrilamento ou uma gota faz transbordar um copo de água, o uso de funções lineares tem muitas limitações e as teorias matemáticas recentes, nomeadamente a teoria do caos, não têm tido a adesão que porventura se esperaria na ciência económica. Mais grave ainda tem sido a total ignorância sobre os recentes desenvolvimentos da topologia que facilitam o tratamento matemático dos problemas multidimensionais.

Neste aspecto podíamos ainda acrescentar como exemplo da falta de interesse por instrumentos matemáticos alternativos a ausência de desenvolvimentos que procurem explicar o conceito de *arousal* e a sua compati-

bilidade com situações de volatilidade e irracionalidade nas preferências estéticas e outras. Por exemplo, na explicação do porquê estragar uns *jeans* para os tornar mais *fashionable* ou sofrer a tortura de certos tratamentos de beleza para atingir determinado tipo de visuais estéticos. Aliás, noutro domínio, como por exemplo na área do investimento, também não tem havido interesse na exploração das semelhanças e diferenças conceptuais entre a noção de *arousal* e o chamado instinto ou *animal spirits* na terminologia keynesiana.

Este descurar de técnicas matemáticas que não sejam decorrentes do cálculo ou da álgebra tradicionais ocorre num contexto em que os economistas passaram de uma situação em que os artigos publicados nas revistas académicas não incluíam inicialmente qualquer equação, para uma situação radicalmente oposta em que os artigos actuais que não tenham qualquer tipo de equação raramente serão aceites pelos editores dessas revistas¹. Nos dias de hoje, a maioria dessas equações resulta do abuso da econometria. Esse abuso traduz-se numa utilização sem qualquer critério no que diz respeito à adaptabilidade dos métodos aos problemas em causa, mas também, e sobretudo, traduz o privilégio da técnica em detrimento da qualidade da informação que é utilizada nesses mesmos trabalhos empíricos. Descuida-se ou ignora-se o facto de que, na maior parte das situações, a análise dos números "em bruto", sem

¹ Esta situação torna a maioria das revistas académicas ilegíveis. No entanto, não é tanto um problema de uso excessivo da matemática, como muitos dos economistas mais velhos incluindo eu próprio pensávamos, mas sobretudo um problema de utilizar os ramos menos adequados da matemática. Nomeadamente o facto de se utilizarem apenas as técnicas matemáticas necessárias para a análise bidimensional dos preços e das quantidades, ignorando-se os desenvolvimentos recentes na topologia e na teoria das perturbações (Ian STEWART, 1996).

qualquer tratamento econométrico, é muito mais enriquecedora do que a análise econométrica que possa ser feita desses mesmos números.

Aliás, o primeiro artigo publicado no *Boletim de Ciências Económicas*, atrás referido, sobre o eterno debate relativo à velocidade de circulação da moeda é particularmente ilustrativo neste domínio. A análise do Professor Beleza sobre a velocidade da circulação da moeda no período de 1939 a 1949, feita sem qualquer recurso à econometria, é muito mais rica e interessante do que qualquer artigo econométrico recente publicado por um banco central ou instituição académica que analise o mesmo problema para períodos mais recentes. Um outro exemplo da pouca eficiência da investigação com recurso a métodos econométricos, ou mesmo a sua quase inutilidade, encontra-se na forma como se analisa a velha questão da relação entre o desemprego e o nível dos preços. Se nós tivermos vinte observações para estas duas variáveis e se seguirmos um método de investigação baseado num uso progressivo do tratamento econométrico que vise identificar a existência de uma curva de Philips vertical, caminharemos no sentido de utilizar técnicas cada vez mais sofisticadas para extrair mais informação desses quarenta números. Por exemplo, podemos partir de uma simples análise de regressão baseada nos mínimos quadrados, analisar os mesmos dados recorrendo à co-integração ou recorrer ainda a métodos como o GMM. Numa outra perspectiva de investigação, o estudo individual de cada uma dessas quarenta observações, procurando saber porque é que num dado ano a inflação atingiu um determinado valor, ou mesmo saber se se deve utilizar para medir a inflação o valor médio ou o valor final de um ano, bem como questionar a própria forma de calcular a média, etc., pode ser bem mais elucidativo do que uma análise econométrica. Por outro lado, também uma análise mensal em vez de anual é porventura mais ade-

quada para estudar uma relação do tipo da curva de Phillips, porque não será tão afectada por outras variáveis que influenciarão essa mesma relação. Por exemplo, a capacidade instalada pode variar muito ao longo dos anos, e obviamente que a variação relativa do desemprego e da inflação é bastante diferente consoante exista ou não capacidade excedentária significativa na respectiva economia.

Se a utilização dos sistemas de equações lineares tem o tipo de limitações já assinaladas, também o recurso às técnicas de optimização para explicar o comportamento humano e as decisões dos agentes económicos têm sérias limitações. Embora estas técnicas constituam a sequência lógica de uma concepção de economia como uma ciência de decisão, na linha iniciada por SAMUELSON no seu trabalho intitulado *Foundations of Economic Analysis*, os problemas práticos e teóricos de tal perspectiva são demasiado importantes para serem considerados apenas inconvenientes ou simplificações aceitáveis. Para além dos problemas práticos de manter sistemas de decisão óptima a que os seres humanos pudessem recorrer com alguma facilidade⁶, há aspectos inerentes à natureza humana que impedem a utilização prática das teorias de optimização. De entre essas características da natureza humana distinguiremos essencialmente os factores que contribuem para uma irracionalidade ocasional ou mesmo frequente que poderemos atribuir às paixões e aos interesses que condicionam as decisões humanas, mesmo quando analisados numa perspectiva à HIRSCHMAN (1997).

Mesmo que admitamos que os interesses dominam o comportamento humano na maioria das vezes e na maior

⁶ Recordamos que hoje em dia as novas tecnologias de informação de facto permitiriam aos seres humanos recorrer com alguma frequência a este tipo de instrumento nas suas decisões mais significativas ou recorrentes.

parte das situações, não podemos ignorar que, de tempos a tempos, outros factores como a paixão, assumem o controle das decisões humanas. A forma de operacionalizar tais forças poderá eventualmente ser através de processos aleatórios gerados ou analisados no contexto da teoria do caos. Mesmo assim não nos parece fácil contemplar na mesma categoria uma mistura complexa de elementos que interessará diferenciar, nomeadamente o tipo de comportamentos estudados pelos psicólogos, por exemplo, a propensão para a vingança, inveja, tirania, etc. Por tais razões não nos parece descabido que à utilização das técnicas de optimização tenham que ser contrapostas outras metodologias, nomeadamente aquelas utilizadas e desenvolvidas hoje em dia no contexto das novas teorias biológicas e "behaviouristas", para além de também se ter em consideração o chamado problema da reflexividade de que falámos atrás.

Sobre a importância relativa dos vários problemas da ciência económica atrás referidos, gostaríamos de deixar a nossa opinião aos leitores de uma forma simples, através de uma lista ordenada por ordem decrescente que enumeramos da seguinte forma: em primeiro lugar a desvalorização da contabilidade, seguida do abuso do recurso à econometria, da utilização limitada dos novos desenvolvimentos matemáticos, da aplicação inadequada de técnicas de optimização em contraponto aos aspectos comportamentais, do abuso da utilização da análise *ceteris paribus*, em paralelo com um tratamento inadequado dos conceitos de equilíbrio geral como fundamento do sistema de mercado e finalmente uma excessiva dependência duma teoria do valor com predominância quase absoluta da utilidade definida num espaço bidimensional.

Alguns destes problemas não são exclusivos da economia, são partilhados por outras ciências. No entanto, no caso da economia têm tido um impacto significativo no

transformar da ciência econômica numa ciência com pouca relevância para resolver os problemas práticos, tanto mais que, como dizia HICKS (1984, p.287-8): “Eu sempre reconheci que a teoria não nos dá o direito de produzir afirmações sobre problemas práticos sem ter tido o trabalho, frequentemente enorme, de dominar os factos relevantes”. Porém, a tendência recente dos economistas tem sido no sentido de desprezar ou ignorar os factos, e sobretudo, desleixar a fôrma e o cuidado com que é recolhida a informação sobre situações que nós pretendemos considerar como factos. Essa insuficiência não se manifesta apenas em relação a questões muito triviais ou simplistas, por exemplo, como compatibilizar certas teorias com aquilo que é normalmente considerado o senso comum, por exemplo, como compatibilizar a lei das vantagens comparativas com o ditado tradicional que diz “quem quer vai quem não quer manda”.

Os problemas profissionais dos economistas

The study of economics does not seem to require any specialised gifts of an unusually high order.... Yet good or even competent, economists are the rarest of birds. An easy subject, at which very few excel!

J. M. KEYNES (1933, p 170)

Obviamente que, uma coisa são os problemas da ciência, outra coisa, porventura muitas vezes diferente, são os problemas dos seus praticantes, no nosso caso os problemas dos economistas. Passando à análise do papel dos economistas, começaremos por averiguar em que medida a ciência econômica pode constituir a base duma profissão, seguida de uma análise do papel dos economistas perante outros profissionais com formação em ciências e técnicas afins ou complementares e, finalmente, analisaremos o divórcio crescente entre economistas e gestores.

Relembramos que (excluindo o ensino) a profissão de economista é relativamente recente, só se desenvolvendo após o final da segunda guerra mundial. Relembramos ainda, que Keynes considerava que os primeiros economistas tinham sido membros da igreja e que, pelo menos no início, a economia era mais adequadamente chamada economia política e era considerada um dos ramos da ética. Assim, se analisarmos a evolução dos antecessores dos economistas tal como nós os entendemos hoje, veremos que começaram por ser professores de filosofia moral, passaram mais tarde a professores de ciência política e só muito mais tarde a professores de economia. Aliás, a escola de economia em Cambridge apenas foi criada já no início do século XX.

O economista profissional que não seja apenas professor tem de equacionar qual a importância do seu conhecimento sobre economia para diagnosticar situações e prescrever soluções. Se quisermos fazer um paralelo com a medicina, a engenharia ou outras profissões dependentes de uma determinada ciência, a relação ciência-profissão não é tão imediata como nessas profissões. Enquanto na medicina e na engenharia há uma separação nítida entre a utilização das ciências em que se apoiam, como sejam a física, a química, a biologia, e a utilização do conhecimento científico para resolver situações práticas, no caso da economia essa relação não é tão directa. E assim se explica que a maioria dos economistas profissionais seja predominantemente utilizada na produção e análise de informação económica, o que os coloca em confronto com outro tipo de profissionais especializados no registo de dados, nomeadamente os técnicos de estatística, os contabilistas, etc.

Por outro lado, a ciência económica poderá fornecer os instrumentos analíticos necessários à tomada de decisões e ao exercício de funções na administração das organizações, e nesse contexto os economistas estarão muito mais próximos de outros profissionais, nomeadamente dos

gestores. Acresce ainda que a ciência económica também pode ser uma ciência importante na regulação e defesa de determinadas causas ou regras do procedimento com vista à obtenção de melhores resultados. Essa particularidade coloca o economista mais próximo dos advogados ou dos juristas em geral. Esta pluralidade de situações de sobreposição do perfil profissional dos economistas relativamente a outros profissionais é claramente ilustrada na forma habilitada como a Ordem dos Economistas definiu recentemente a profissão nos seus Estatutos⁷ remetendo para a detenção de uma licenciatura na área da ciência económica, sem definir esta última.

Se confrontarmos mais detalhadamente a função do economista profissional com a função dos profissionais encarregues do registo das transacções económicas, nomeadamente os contabilistas e os técnicos de estatística, podemos constatar que os economistas apenas acrescentam a estes a parte analítica ou política, ou seja, estariam situados a jusante destes dois profissionais sendo responsáveis pela análise das medidas a tomar face aos números produzidos pelos profissionais anteriormente citados. Mas nessa medida estariam necessariamente em concorrência com outros profissionais, nomeadamente os analistas financeiros ou os gestores. Se, por outro lado, se privilegiar a análise dos aspectos que não são objecto de transacção no mercado, nomeadamente o estudo das organizações e das relações

⁷ Artigo 3º - Título de Economista: Para os efeitos do presente Estatuto, designa-se por economista o titular de licenciatura na área da ciência económica inscrito na Ordem como membro efectivo. Artigo 4º Exercício da Profissão de Economista: 1 - A actividade e o exercício da profissão de economista materializam-se em análises, estudos, relatórios, pareceres, peritagens, auditorias, planos, previsões, certificações e outros actos, decisórios ou não, relativos a assuntos específicos na área da ciência económica.

inter e intra-organizações, então os economistas estariam em concorrência com os sociólogos. Já no domínio da regulação e da política económica os economistas não têm estabelecida uma diferença clara entre reguladores, regulados e “advogados”. Por exemplo, enquanto no domínio do direito há uma clara concepção sobre a divisão de funções entre o juiz e o advogado, no caso da economia não há tal diferenciação entre, por exemplo, um economista teórico e um economista enquanto defensor do ponto de vista dos seus clientes. Também na relação dos economistas com os engenheiros, realçamos o quase total desinteresse dos economistas pelos aspectos relativos à produção. Estes são na sua quase totalidade deixados aos engenheiros. Tal situação é, no mínimo, paradoxal se tivermos em conta uma definição de ciência económica como ciência da riqueza – da sua produção, distribuição e acumulação. Na verdade, é mais frequente encontrar engenheiros que se interessem por economia do que economistas que se interessem por engenharia.

Embora seja normal que os economistas tenham que concorrer com outros profissionais no acesso às funções de administração e de direcção das organizações, a perda de competitividade a que se tem assistido nos últimos anos decorre de uma percepção que se começa a generalizar de que existirão poucas leis económicas universalmente aceites pelos economistas, mas também da sua incapacidade para utilizar essas mesmas leis económicas. A título de exemplo, refira-se a lei das vantagens comparativas, provavelmente a única lei económica inquestionável que é conhecida há mais de 150 anos, que nunca foi popularizada pelos economistas e ainda tem sido menos divulgada em termos da sua aplicação às decisões correntes do dia-a-dia das empresas ou dos investidores. Na verdade, foi necessário um não economista, Michael Porter, para fazer uma fortuna com a divulgação dessa mesma lei, muitas vezes utilizando

conceitos pouco rigorosos. Uma outra crítica ouvida frequentemente acerca dos economistas diz respeito à sua tendência para usar grandes teorias para responder a pequenos problemas ou mesmo a questões que o senso comum responde com relativa facilidade. Em geral, atribui-se-lhes uma tendência para serem pessoas bastante teóricas e muito afastadas da realidade. Tal caracterização tem levado, muitas vezes, à utilização dos economistas e dos seus modelos e teorias não como uma fonte científica de informação e suporte de decisão, mas simplesmente como pessoas que servem para "fins decorativos" ou apenas para justificar *a posteriori* as decisões que os gestores tomaram na condução dos negócios.

Aliás, embora o aparecimento dos gestores como uma categoria sócio-profissional separada e diferente dos economistas seja um fenómeno recente, que ocorreu já no período após o final da segunda guerra mundial, verifica-se uma tendência para aprofundar o fosso existente entre economistas e gestores, agravando um divórcio que poderá tornar-se irreversível. Tal evolução é manifestamente indesejável, quer para a economia quer para a gestão, entendidas num sentido restrito, na medida em que ambas fazem parte da economia política e ambas utilizam a ciência económica, sobretudo quando entendida como ciência da riqueza. Se ambos tiverem a perspectiva de que a sua função se exerce ao nível da organização da produção de riqueza, da sua distribuição e acumulação, o facto de lidarem com níveis de agregação (ou, se quisermos, de consolidação de contas) diferentes não justifica esse divórcio. Trata-se antes de analisar os fenómenos e as actividades económicas numa perspectiva microeconómica ou macroeconómica.

Em suma, embora possa ser útil tratar das formas de organização da produção ao nível da empresa de modo distinto das formas de organização da produção ao nível da

sociedade como um todo, a especialização dos profissionais que lidam com estas duas problemáticas e a ausência de diálogo entre eles não acrescentará qualquer valor à sua especialização e resulta certamente em prejuízo para ambos os tipos de profissionais.

Algumas sugestões para inverter o declínio da ciência económica

Abordados, ainda que de forma sumária, o que consideramos serem os principais problemas da ciência e dos profissionais da economia, gostaríamos de deixar aqui recomendações que procurem dar resposta a alguns desses problemas e que, ao mesmo tempo, apontem no sentido. Agruparemos estas sugestões num conjunto de sete que nos parecem ser as mais importantes para interromper e até inverter o declínio da economia enquanto ciência com utilidade prática e influência na condução da política económica.

Tal como no século XV se iniciou um processo vulgarmente designado Renascimento, também será oportuno que em termos de economia ocorra um novo ciclo com semelhanças com o Renascimento. Advoga-se, assim, um retomar dos clássicos relendo os seus contributos, situando-os historicamente e, se possível, analisando o porquê do descarrilamento da ciência económica ou da sua degeneração numa ciência abstracta e desligada da realidade. É nossa convicção, ainda que não suficientemente fundamentada, que o descarrilamento da ciência económica terá ocorrido no período entre Jevons e Marshall, ou seja, no período que deu origem à doutrina que mais tarde veio a ser chamada neo-clássica. Cremos também que a revolução keynesiana, embora tenha resolvido alguns dos limites com que se deparava a ciência tal como herdada dos clássicos, não resolveu inteiramente os problemas. Embora Marshall

tenha sido o responsável pela generalização da teoria do valor na concepção baseada no conceito de utilidade e de bem-estar e tenha sido o divulgador da análise *ceteris paribus* da ciência económica, acabou por involuntariamente encaminhar para uma via que ignorou as preocupações dos clássicos, bem como os fenómenos e a realidade do dia-a-dia. Assim, a nossa primeira recomendação vai no sentido de um retorno aos clássicos e, em particular, a autores como Jevons e todos aqueles que participaram no debate sobre ciência económica no período entre 1850 e 1900. E esse esforço de retorno aos clássicos poderá começar precisamente com um exame crítico da opinião divulgada, na época, por autores⁸ como BAGEHOT (1876) que pensavam ter-se atingido uma fase em que nada mais havia a descobrir em matéria de ciência económica.

A segunda recomendação vai no sentido de privilegiar um maior recurso às normas de categorização e catalogação dos fenómenos e situações económicas. O exemplo mais relevante para os economistas será, porventura, o exemplo dos farmacêuticos e dos botânicos e dos métodos que eles utilizam para catalogar as várias espécies existentes na natureza. Isto porque um dos problemas da economia tem sido um permanente reinventar da roda resultante de uma redenominação das situações e dos fenómenos que fazem

⁸ O pessimismo sobre o futuro da ciência económica foi já expresso por Lowe em 1876, na qualidade de primeiro orador das comemorações do 1º centenário da publicação de *A riqueza das nações*, nos seguintes termos: "Should other sciences relating to mankind, which it is the barbarous jargon of the day to call Sociology, take a spring and get forward in any degree towards the certainty attained by political economy, I do not doubt that their development would help in the development of this science; but at present, so far as my humble opinion goes, I am not sanguine as to any very large or any very startling development of political economy" [cf. citação de JEVONS (1876)]

com que as gerações vindouras muitas vezes trabalhem sobre o mesmo problema que as gerações passadas, mas em total ignorância dos debates e das classificações usadas anteriormente. Um exemplo claro e ilustrativo desta tendência, podemos encontrá-lo em matéria de política monetária na divergência clássica, com origem no século XIX, entre a chamada escola bancária e a escola monetária. Muitos outros exemplos podemos encontrar na forma como os economistas têm analisado o problema dos défices públicos ignorando totalmente os episódios passados em que esses défices foram também elevados e ignorando, sobretudo, as condições históricas que estiveram na sua origem ou no seu fim consoante os casos.

Este processo de categorização poderá constituir a base de um sistema integrado de contabilidade, que nós sugerimos como a terceira grande recomendação para evitar o declínio da ciência económica. Infelizmente, como já foi dito atrás, os economistas esperaram muitos anos até perceberem a importância do desenvolvimento da contabilidade nacional e, quando o fizeram, fizeram-no recorrendo a métodos estatísticos e a simplificações que criaram um divórcio entre a contabilidade nacional e a contabilidade das organizações ou das empresas. Tal procedimento fez com que, quer sob o ponto de vista analítico, quer sob o ponto de vista da interpretação dos fenómenos que resultam da agregação e da consolidação de contas, se criasse um fosso entre economistas e gestores. Mas, a nosso ver, não existem razões fundamentais para que uma economia no seu todo não possa ser examinada da mesma forma que um analista financeiro analisa a situação dum empresa, isto é, colocando ênfase na origem e aplicação dos fundos e distinguindo claramente entre equações comportamentais e identidades contabilísticas, consequência de um sistema de contabilidade baseado no método das partidas dobradas.

Por exemplo, um sistema de consolidação de contas poderia assentar num conjunto de 18 contas, 9 respeitantes a entidades pessoais ou familiares e 9 respeitantes a instituições e organizações variadas. Deste modo, por exemplo, as contas pessoais poderiam ser divididas por três níveis de rendimento, rendimento elevado, rendimento médio e rendimento baixo, e cada uma destas classes poderia, ainda, subdividir-se em grupos considerados de maior relevância para a análise a fazer com essa mesma classificação. Por exemplo, o grupo do rendimento elevado poderia ser dividido entre novos-ricos, segunda geração e terceira geração. Do mesmo modo, no que diz respeito às organizações, estas poderiam ser divididas em governamentais e sem fins lucrativos (subdividindo-as entre governo central, regional e local e organizações não-governamentais) e organizações com fins lucrativos, nomeadamente financeiras e não financeiras, mais uma vez divididas por sectores, por exemplo, agricultura, indústria e serviços. Um sistema contabilístico com este nível de desagregação é ainda adequado para análise macroeconómica. É certamente mais enriquecedor quando se pretende, por exemplo, comparar duas comunidades ou dois países no que diz respeito aos factores que determinam o respectivo desenvolvimento. Uma outra vantagem desta apresentação mais desagregada das contas consolidadas dos indivíduos e das instituições é permitir a análise numa base *per capita* dos respectivos valores, quer dos activos e passivos quer das receitas e despesas.

A nossa quarta recomendação vai no sentido de promover o estudo de soluções de mercado sujeitas a restrições, mas sem pôr em questão a essência fundamental da motivação pelos lucros como elemento necessário à coordenação dos actos individuais dos agentes económicos, isto é, o lucro deve continuar a ser o centro do sistema de mercado embora possam estudar-se equações de lucro simplificadas que tornem a actividade dos agentes econó-

micos mais fácil. Na verdade, a concorrência e a competitividade podem ser fomentadas não só pela via dos preços, mas também pela via da qualidade e através do estabelecimento de algumas restrições à equação de lucro de cada agente económico que permitam atingir certos objectivos mais facilmente. Por exemplo, é inquestionável que a prática de preços fixos na venda de certos produtos, nomeadamente, na venda de jornais, tem vantagens óbvias para o consumidor ao mesmo tempo que poupa os recursos que seria necessário despende se para cada negócio dessa natureza fosse necessário recorrer a um processo de negociação. Um outro exemplo que pode ser usado para ilustrar tais situações é o da própria polinca agrícola comum. O facto de os agricultores europeus não estarem sujeitos à disciplina do mercado no que diz respeito à colocação e à venda dos seus produtos e estarem sujeitos a um regime de preços controlados criou-lhes como única variável sob o seu controle o aumento da produção. E, embora seja questionável se o aumento da produção é um objectivo em si mesmo desligado das condições de produtividade, não há dúvida que tal sistema permitiu que a produção agrícola e a produtividade no sector atingissem níveis que jamais seriam possíveis na Europa se o sistema em vigor fosse um sistema de mercados livres. O fundamental é que os economistas saibam identificar e defender a predominância de condições que obriguem à concorrência e à competitividade. Essa concorrência e essa competitividade podem ocorrer ao nível do preço dos produtos, ao nível da qualidade, ao nível do preço dos *inputs* ou mesmo ao nível da quantidade produzida. A aceitação dessas equações simplificadas (condicionadas) é totalmente distinta da aceitação da ideia de que o Estado sabe mais ou melhor do que os agentes económicos individualmente, e é compatível com o princípio de haver uma intervenção estatal tão reduzida quanto possível na esfera da actividade económica.

A nossa quinta recomendação vai no sentido da implementação dum sistema de acompanhamento da compatibilidade entre a política económica e a teoria económica, uma espécie de Tribunal Constitucional ou Provedoria que verificasse esta compatibilidade tendo em consideração o contributo que a ciência económica possa oferecer para a resolução dos problemas da sociedade. Há muitos problemas sociais que são recorrentes e alguns parecem mesmo ter um carácter eterno, como, por exemplo, a pobreza, a prostituição, o debate entre políticas liberais e não liberais, a fuga ao fisco, a fome, e para todas estas questões sociais a economia pode apresentar alguns contributos. Por exemplo, na análise da pobreza e da riqueza não será descabido estudar as condições de entrada e saída destas duas condições, nomeadamente, as forças que têm papel de centrifugação ou de atracção. Por exemplo, sob o ponto de vista histórico, será curioso retomar o debate, do género daquele que ocorreu em Inglaterra acerca da lei sobre a pobreza no período isabelino ou sobre os debates que existiram aquando da criação dos chamados Bancos de Poupança. Tal instituição ou "Tribunal" poderá também funcionar como uma Provedoria ou Departamento de Reclamações onde os cidadãos possam apresentar queixa relativa a todos os casos que considerem ir contra a lógica económica, e o próprio "Tribunal" devia ter poder de iniciativa no sentido de recomendar medidas correctoras. A população em geral habituara-se a recorrer aos economistas e estes aprenderiam a lidar com os problemas práticos da sociedade.

Como sexta recomendação sugerimos uma reforma do ensino da economia. Qualquer reforma do ensino da economia deverá ter subjacente o objectivo de formar economistas com as características propostas por Keynes, nomeadamente, "serem incorruptíveis como os artistas, no entanto estarem tão próximos da prática como os políticos. Serem capazes de passar do particular ao geral e do presente ao

futuro ou do céu à terra com a rapidez e a velocidade necessárias ao exercício da sua actividade". Para se caminhar nesta direcção, parece-nos indispensável retomar as vantagens de um ensino unificado relativamente ao ensino especializado. A especialização que ocorreu entre nós no final dos anos 60 e principio dos anos 70, e que aconteceu internacionalmente cerca de 20 anos antes, não produziu nenhum resultado positivo e sobretudo não produziu resultados positivos para economia, uma vez que essa separação resultou num divórcio cada vez mais crescente com a realidade. A definição, no entanto, de um programa de estudos unificado pressupõe que exista uma clara identificação do espectro de matérias que deverão ser objecto de estudo nos cursos de economia e de gestão. Uma vez caracterizado esse espectro de matérias, torna-se indispensável seleccionar um conjunto de conhecimentos que sejam considerados fundamentais às duas áreas. A procura desse conjunto de conhecimentos centrais ou *core courses* não invalida que o modelo de ensino se baseie num sistema de 2 anos mais 2 ou 1 ano mais 3 ou 3 anos mais 1 ou qualquer outra modalidade de organização curricular. Apenas pressupõe que é necessário que haja um tronco comum subjacente a estas duas áreas e, a nosso ver, esse tronco comum não devia ter menos de três semestres.

A título ilustrativo, no caso de uma licenciatura de 4 anos e fazendo uma divisão do tempo lectivo aproximadamente igual entre áreas de especialização, instrumentos de análise¹ e fundamentos de economia e gestão, poderemos definir o que é que um terço de uma licenciatura em economia ou em gestão deverá incluir em termos de *core*

¹ Incluem-se aqui as disciplinas necessárias à recolha de informação (*e.g.* contabilidade, história e estatística descritiva), à análise quantitativa (*e.g.* a matemática e a econometria) e análise institucional e jurídica (*e.g.* direito, política e psicologia).

courses. Estes deverão incluir um número aproximado de três a quatro disciplinas por cada uma das áreas fundamentais da economia. Assim, no domínio da produção, será indispensável ter uma disciplina de introdução às organizações, de igual modo será desejável ter uma disciplina de introdução à produção ao nível de unidades individuais que poderemos designar de microeconomia, e uma disciplina da produção como um todo que poderemos designar de macroeconomia, para além de uma disciplina introdutória sobre produtividade, especialização industrial e gestão de recursos humanos. Na área da distribuição será fundamental que exista uma disciplina sobre demografia e teoria do consumo, uma disciplina sobre mercados e teoria das trocas, uma disciplina sobre teoria da distribuição e uma outra de introdução à comercialização e *marketing* e, finalmente, na área da acumulação parece-nos indispensável uma disciplina sobre moeda e serviços financeiros, bem como uma disciplina sobre financiamento e uma outra de introdução ao investimento (financeiro e não financeiro) e ainda uma disciplina de introdução às finanças públicas.

No entanto, para além destes *core courses* sobre os fundamentos da economia e da gestão, também no domínio das disciplinas instrumentais a cooperação entre economistas e gestores deve ser bastante mais estreita, abrangendo igualmente um conjunto de disciplinas comuns, em particular no domínio da contabilidade e no domínio da regulação jurídica e política. Exemplificando com o caso da contabilidade, parece-nos indispensável que esta deva ser estruturada de forma a criar um sistema integrado de contabilidade nacional, baseado não só num novo sistema de categorias para consolidação das contas do balanço e demonstração dos resultados das entidades individuais, mas uma categorização que deve também ser definida de forma a incorporar muitas das críticas e sugestões para ultrapassar as limitações da ciência económica, nomeadamente, por

parte da escola institucionalista e da escolha pública. No que diz respeito ao ensino da contabilidade, esta deverá também ser ensinada da mesma forma a economistas e a gestores. O tronco comum dos conhecimentos básicos no domínio contabilístico poderá incluir um mínimo de três semestres, o primeiro introduzindo as técnicas e conceitos básicos da contabilidade, um segundo semestre dedicado à análise da normalização contabilística e das normas contabilísticas, e um terceiro destinado ao ensino das técnicas de consolidação de contas quer ao nível de um grupo de empresas quer ao nível nacional, incluindo nesta a contabilidade nacional. Já no que diz respeito à análise dos resultados dos valores contabilísticos e ao desenvolvimento dos aspectos específicos da relação entre a prestação de contas e a tributação, são matérias que deverão ser remetidas para o grupo das disciplinas de especialização. Por exemplo, no caso da análise dos aspectos relativos à optimização fiscal, estes poderão ser essencialmente de interesse para os gestores.

A nossa última recomendação, mas não menos importante do que as anteriores, vai no sentido de retomar o diálogo entre gestores e economistas. Esse diálogo resultará naturalmente de dois processos: por um lado, do retomar duma concepção de ciência económica mais próxima do conceito tradicional de ciência da riqueza¹⁰ por outro lado, do diálogo entre economistas e gestores o qual deverá prosseguir dentro e fora da academia, nomeadamente, no âmbito das associações profissionais e também no âmbito das próprias organizações onde estes profissionais exerçam a sua actividade.

¹⁰ Com tudo o que isso implica de reorientação das prioridades de investigação científica dos economistas e também de uma alteração dos planos de estudo que incluíam um tronco comum na linha do que atrás sugerimos.

Se, a ocorrer uma aproximação entre economistas e gestores, surgirá ou não a adoção de um título comum único para ambos os tipos de profissionais não nos parece ser um problema de grande importância. É perfeitamente aceitável que os economistas que estudam essencialmente os fenômenos econômicos a um nível agregado, seja setorial, regional ou nacional usem um título diferente daqueles que estudam os fenômenos e os processos econômicos ao nível da empresa. Na verdade, não virá mal nenhum ao mundo se continuarmos a designar uns por economistas e outros por gestores, desde que os fundamentos científicos em que se baseiam sejam os mesmos, ou seja, a ciência econômica. O retomar deste diálogo também não é necessariamente um processo que deverá ocorrer instantaneamente, por exemplo, na sequência da deliberação de uma assembleia qualquer. Antes pelo contrário, deverá resultar naturalmente dum evolução do próprio reencaminhar da ciência econômica. Processo esse que aliás não tem que ocorrer de forma linear, pode mesmo acontecer que, em certas circunstâncias, se justifique uma separação inicial para depois haver um reencontro.

Finalmente, estamos em condições de tentar resumir o que atrás dissemos. Neste artigo de reflexão pessoal procurámos essencialmente explicar as razões pelas quais durante os 50 anos de vida do *Boletim de Ciências Económicas* da Faculdade de Direito a ciência econômica passou de um estatuto de rainha das ciências sociais para o estatuto de ciência lúgubre (*dismal science*). As razões que apontamos não são naturalmente inteiramente originais. Nem são a totalidade das razões, nem todas elas têm a mesma importância para explicar o declínio verificado na ciência econômica, são apenas aquelas que a nosso ver mais condicionam o desenvolvimento adequado da ciência econômica. O mesmo poderemos dizer das sete recomendações que fazemos para inverter o processo de declínio da ciência

económica. Estas são recomendações também pessoais e outros economistas certamente poderão acrescentar outras sugestões ou mesmo melhorar e aperfeiçoar algumas das que aqui fizemos. Em resumo, o nosso propósito foi apenas de lançar mais um alerta sobre o estado actual da ciência económica, mas um alerta de alguém que acredita sinceramente que esse estado de declínio pode ser invertido. Na nossa opinião, não se trata de um declínio inexorável e a sociedade em geral terá muito a ganhar com uma recuperação da ciência económica mais orientada para os problemas da procura das causas e determinantes da riqueza das sociedades. Trata-se pois de uma reflexão com algum pessimismo, típico das reflexões que se fazem quando se chega aos 50 anos, mas também de uma grande confiança e esperança no futuro da ciência económica.

Anexo I – A evolução dos manuais de ciência económica através dos tempos

1836	1891	1948	2001
<i>An outline of the science of political economy</i>	<i>Principles of Economics</i>	<i>Economics</i>	<i>Economics</i>
Nassau W. Senior 1 ^o ed., 239 páginas	Alfred Marshall 2 ^o ed., 764 páginas	Paul Samuelson 1 ^o ed., 622 páginas	Paul Samuelson, W.D. Nordhaus 17 ^o ed., 1009 páginas
<ul style="list-style-type: none"> • Nature of Wealth • Statement of the four elementary propositions of the science • Distribution of wealth • Appendix 	<ul style="list-style-type: none"> • Preliminary survey • Some fundamental notions • Demand and consumption • Supply or production • The theory of the equilibrium of demand and supply • Value, or distribution, and exchange 	<ul style="list-style-type: none"> • Basic economic concept and rational income • Determination of national income and its fluctuations • The composition and pricing of national output 	<ul style="list-style-type: none"> • Basic concepts • Microeconomics, supply, demand and product markets • Factor markets, Labor, land and capital • Applied microeconomics, International trade, government, and the environment • Macroeconomics, The study of economic growth and business cycles • Economic growth and macroeconomic policy • Unemployment, inflation and economic policy

Referências¹¹

- MICHAEL ARGYEL, *The social psychology of leisure*, Penguin Books, London, 1996.
- WALTER BAGEHOT, "Economics", *Fortnightly Review*, February (1876), in: *The collected works of Walter Bagehot*, F. Morgan (ed.), Routledge Press, London 1995.
- JOHN R. HICKS, *The social framework*, (1942), Reprint, Oxford University Press, Oxford, 1947.
- JOHN R. HICKS, "The formation of an economist", (1979), in: *The economics of John Hicks*, D. Helm (ed.), Basil Blackwell, Oxford, 1984.
- ALBERT O. HIRSCHMAN, *The passions and the interests - political arguments for capitalism before its triumph*, 20th anniversary edition, Princeton University Press, Princeton, 1997.
- W. STANLEY JEVONS, (1876), "The future of political economy", in: *The principles of economics*, MacMillan & Co. London, 1905.
- J. MAYNARD KEYNES, *Essays in biography*, MacMillan and Co., Ltd, London, 1933.
- FRANK H. KNIGHT, *Risk, Uncertainty and profit*, Houghton Mifflin Co., Boston, 1921, no. 16 in the series of reprints of scarce tracts in economic and political sciences by the LSE, London 1948.
- ALFRED MARSHALL, *Principles of Economics*, 2nd ed., MacMillan Co., Ltd, London, 1891.
- ALFRED MARSHALL, "The old generation of economists and the new", (1897) in: *Memorial of Alfred Marshall*, edited by A. C. Pigou, MacMillan & Co., London, 1925.
- JOAN ROBINSON, "The disintegration of economics", in: *Further contributions to modern economics*, Basil Blackwell, Oxford, 1980.

¹¹ Para além das obras dos autores citados no texto, optámos ainda por incluir outras referências bibliográficas que julgamos de interesse para os leitores. No que se refere à lista de artigos de reflexão de economistas famosos não houve a preocupação de ser exaustivo, incluindo-se apenas alguns dos que mais apreciamos.

- SILVEN ROSE, *Lifelines – Biology, freedom, determinism*, The Penguin Press, London, 1997.
- PAUL SAMUELSON, *Foundations of Economic Analysis*, Reprint, Harvard University Press, 1990.
- PAUL SAMUELSON, *Economics*, McGraw-Hill Book Company, Inc., New York, 1948.
- PAUL SAMUELSON and W. D. NORDHAUS, *Economics*, (17th ed), McGraw-Hill Book Company, Inc., New York, 2001.
- NASSAU SENIOR, *An outline of the science of political economy*, (1836), Reprints of Economic Classics, Augustus M. Kelley, New York, 1965.
- PAUL SAMUELSON, "Economics in my time", in: *The lives of the laureates*, Breit, W. and Spencer, R. W. (eds), 3rd edition, The MIT Press, Cambridge, 1997.
- WILLIAM F. SHARPE, "William F. Sharpe", in: *The lives of the laureates*, Breit, W. and Spencer, R. W. (eds), 3rd edition, The MIT Press, Cambridge, 1997.
- IAN STEWART, *From here to infinity – a guide to today's mathematics*, 3rd ed., Oxford University Press, Oxford, 1996.
- RICHARD and GIOVANNA STONE, (1944), *National Income and expenditure*, 10th ed., Bowes & Bowes, London, 1977.

Antônio Marques Mendes
Faculdade de Economia de Coimbra

Resumo

Neste artigo de reflexão pessoal explicamos as razões pelas quais durante os 50 anos de vida do Boletim de Ciência Económica da Faculdade de Direito a ciência económica passou de um estatuto de rainha das ciências sociais para o estatuto de ciência lúgubre (*dismal science*). Entre estas, destacam-se a desvalorização da contabilidade, o abuso do recurso à econometria, a utilização limitada dos novos desenvolvimentos matemáticos, a aplicação inadequada de técnicas de optimização em contraponto aos aspectos comportamentais, o abuso da utilização da análise *ceteris paribus*, em paralelo com um tratamento inadequado dos conceitos de equilíbrio geral como fundamento do sistema de mercado e finalmente uma excessiva dependência duma teoria do valor com predominância quase absoluta da utilidade definida num espaço bidimensional. Como consequência, assistiu-se a uma redução do papel da ciência económica como base duma profissão, que levou a um divórcio crescente entre economistas e gestores. Para inverter o processo de declínio da ciência económica sugere-se um conjunto de recomendações que vão desde um retorno aos clássicos ao retomar do diálogo entre economistas e gestores. Concluiu-se que não se trata de um declínio inexorável e a sociedade em geral terá muito a ganhar com uma reorientação da ciência económica para o estudo das causas e determinantes da riqueza das sociedades.

Palavras-chave: economia; economistas; riqueza; metodologia; ideias e história.

Abstract

The status of economic science: growth crisis or irreversible decline?

This paper provides a personal view on how over a period of 50 years since the first issue of the *Boletim de Ciência Económica da Faculdade*

de Direito the status of economic science has changed from being the queen of social sciences to become the dismal science. Among the main reasons for its decadence we highlight the way it overlooked the importance of accounting, its excessive reliance on econometrics and optimisation, while neglecting recent developments in mathematics and in behavioural theories, together with an abuse of the *actus purus* hypothesis, the use of general equilibrium analysis as the only basis for market analysis, and the reliance on a theory of value dependent on a two-dimensional concept of utility. The consequence was a progressive erosion of the role of economic science as a basis for a profession and the continuing divorce between economists and managers. To reverse the decline in economic science we suggest a number of recommendations ranging from a renaissance-type of return to the classics to a closer training and dialogue between professional economists and managers. We conclude that the decline is not irreversible and that society has much to gain from a return of economics as a science of wealth.

Keywords: economics; economists; wealth; methodology; ideas; history.